

Floresta e Energia

O equilíbrio procura-se



CONTACTOS

✉ Email

A bioenergia representa mais de metade do universo de energias renováveis em Portugal. Com o aumento dos biocombustíveis no sector dos transportes adivinha-se um aumento dessa contribuição

A 2018 e 2019 podemos dar-lhes o título dos “anos da biomassa”, pois construíram-se quatro centrais de biomassa de produtores de energia independentes (Fundão, Viseu, Famalicão 1 e Juncal) e mais três centrais em construção (Mangualde, Famalicão 2 e Chamusca), correspondendo a um total de 73 MWe de potência. O que compara com o valor total de 100 MWe de potência lançada a concurso pela DGEG no longínquo ano de 2006. A acrescentar a estas centrais de produtores independentes, também já está em construção uma central da indústria de produção de papel a localizar na Figueira da Foz, totalizando 103 MWe de potência adicional a entrar em operação em 2019.

As centrais dos produtores independentes correspondem a oito licenças das 12 que foram licitadas nesse concurso de 2006. O concurso contou com a colaboração da DGRF que determinou as regiões florestais de maior risco de incêndio.

Foram necessários 12 anos para que os projetos se concretizassem. Foram dois anos em disputas jurídicas entre concorrentes pela atribuição das licenças. Vieram depois os anos da crise económica e o colapso do mercado de CO₂, anos durante os quais nenhum banco financiava estes investimentos. Em 2010 fundava-se a Associação dos Produtores de Energia e Biomassa (APEB) que preenchia a lacuna existente quanto à defesa dos interesses dos produtores de energia renovável com base na biomassa.

2019 é o ano em que Portugal consegue trazer para Lisboa a maior e mais importante conferência e exposição europeia da biomassa, a 27^a EUBCE

É necessário não esquecer que, contrariamente ao que tem vindo a ser divulgado, a biomassa representa mais da metade de toda a contribuição das energias renováveis em Portugal. Efetivamente, de acordo com os dados oficiais da DGEG, Portugal atingiu em 2016 o valor de 28% do seu consumo de energia final com origem em fontes renováveis e essa fatia de 28% é dividida da seguinte forma: 45% biomassa, 25% hidroeletricidade, 20% eólica e os biocombustíveis com 6%, conforme as estatísticas da DGEG. Os restantes 4% incluem outras fontes, como a solar e a geotérmica. Como se pode constatar, a bioenergia (florestal + biocombustíveis) representa 51% de todo o universo de energias renováveis em Portugal. É a grande fonte de energia renovável do país! E, com o aumento dos biocombustíveis no sector dos transportes, adivinha-se um aumento dessa contribuição.

No sector elétrico, em 2011, a APEB conseguiu um aumento da tarifa de remuneração que permitiu que as centrais de biomassa acima referidas sejam agora uma realidade. E os resultados estão aí: quem consultar a secção de empregos do LinkedIn encontra 60 ofertas disponíveis para empregos diretos no sector da biomassa, entre diretores, operadores, engenheiros, técnicos, fogueiros, etc., empregos duradouros, no tecido social do interior do país, empregos reais, não fictícios, daqueles que o vento os leva logo depois... E ainda falta contabilizar a criação dos empregos indiretos que são todos aqueles que nascem em torno da logística da biomassa para centrais, que serão mais uns milhares.

E 2019 começou também com uma notícia vinda de Bruxelas: a decisão da Comissão Europeia em aprovar apoios no valor de 320 milhões de euros para novas centrais a atribuir aos municípios que totalizarão mais 60 MWe. Parte destes apoios estarão vinculados à diminuição das áreas ardidas que cada município consiga obter. Pela primeira vez na história deste país, os incentivos ao combate aos incêndios florestais serão somente atribuídos com a verificação de resultados.

2019 é também o ano em que Portugal consegue trazer para Lisboa a maior e mais importante conferência e exposição europeia do sector, a 27^a EUBCE — Lisbon, 2019, que tem o suporte da Comissão Europeia, da UNESCO, da associação europeia da biomassa EUBIA e do WCRE — World Council for Renewable Energy.

Mas todas estas boas notícias trazem consigo preocupações. Se somarmos aos 103 MWe, os 60 MWe que o Governo quer atribuir aos municípios, teremos 163 MWe de nova potência a entrar em serviço, representando mais 1,7 milhões de toneladas de biomassa residual florestal adicional para alimentar a sua operação.

Nada que não fosse previsto e determinado ao longo dos últimos 15 anos, pelas resoluções da Assembleia da República e dos sucessivos conselhos de ministros. O problema coloca-se agora pelos 15 anos, implicando mais de um milhão de hectares de floresta consumidos pelos fogos, com especial incidência no ano de 2017. Ou seja, a biomassa residual florestal existe, mas, com o atraso na construção das centrais, essa biomassa ardeu fora das caldeiras das centrais — ardeu e desapareceu nos fogos!

Caso avancem as centrais que o Governo quer distribuir pelos municípios, que agora contam com os €320 milhões de Bruxelas, é bom que a sua localização respeite as áreas de influência das que já estão instaladas, evitando a sobreposição e que as suas potências não ultrapassem os 3 MWe, pois a biomassa residual não consegue economicamente viajar mais do que 25 km desde a sua recolha até às centrais.

Agora é necessário esperar novamente que os vastos territórios ardidos voltem a ser florestados, para que a biomassa residual novamente exista e se encontre um equilíbrio — o equilíbrio da gestão da limpeza florestal coordenada com a existência de centrais, mais pequenas e mais distribuídas por todo o território nacional!